

Trabalho Decente e Mercado de Trabalho na RMPA: evolução e perspectivas

Míriam De Toni¹

Doutora em Sociologia (UFRGS)

Socióloga da Fundação de Economia e Estatística

[...] o objetivo de promoção do trabalho decente deve ter um lugar central – e não residual – nas estratégias de desenvolvimento dos países e nas políticas nacionais e internacionais [...], devido à sua capacidade de impulsionar uma distribuição mais equitativa dos benefícios do crescimento econômico e favorecer a inclusão social. (ABRAMO, 2010)

1 Introdução

Trabalho decente é um conceito desenvolvido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) ao final da década de 1990 (OIT, 1999), aplicável a toda a população trabalhadora e a todas as sociedades, com o objetivo de promover oportunidades para homens e mulheres obterem um trabalho produtivo, em condições de liberdade, equidade, segurança social e com respeito aos direitos no trabalho (Comissão 2008). Destaque-se que um elemento central e transversal do conceito de trabalho decente diz respeito à igualdade de oportunidades e de tratamento e ao combate a todas as formas de discriminação, tais como as de gênero, raça/cor etnia, idade, etc.

Através do conceito de trabalho decente a OIT reafirma a centralidade do trabalho, à medida que integra a noção de trabalho como

[...] o âmbito para o qual confluem os objetivos econômicos e sociais [...] supõe produção e rendimentos, mas significa também integração social, identidade e dignidade pessoal. O vocábulo decente, por sua vez, [...] expressa algo que é, ao mesmo tempo, suficiente e desejável, [...] incorpora os padrões básicos de cada sociedade (Abramo, 2010, p 152-3).

Inserindo-se na discussão a respeito do trabalho decente, que vem ocorrendo mais recentemente no Brasil, o texto tem por objetivo investigar a situação do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre, a partir de indicadores de trabalho decente selecionados. A análise é focada na evolução desses indicadores ao longo do período de 1993 a 2013, a partir de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA)². Ademais, tendo-se presente que o Brasil tem um mercado de trabalho ainda pouco estruturado, com baixa proteção social e elevadas taxas de desemprego, o texto pretende contribuir para uma investigação preliminar dos déficits de trabalho decente, na Região.

Não por acaso, o conceito de trabalho decente emergiu em um momento em que o mercado de trabalho atravessava um processo de intensas transformações, levando à precarização das

¹ A autora agradece Rafael Bassegio Caumo e Patrícia Klaser Biasoli, estatísticos da PED-RMPA, pela confecção das tabulações especiais da base de dados da PED-RMPA, e Camila Thaís Weber, estagiária, pelo competente apoio na elaboração de tabelas e gráficos. e-mail: miriam@fee.tche.br

² Na RMPA, essa Pesquisa é executada pela Fundação de Economia e Estatística, em convênio celebrado com a Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social e o Sistema Nacional de Emprego (FGTAS/SINE-RS), a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE-SP) e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), com o apoio da Prefeitura Municipal de Porto Alegre e do Ministério do Trabalho e Emprego/Fundo de Amparo ao Trabalhador.

relações de trabalho, associado à reestruturação do capitalismo em nível mundial, a partir de sua crise nas últimas décadas do século XX.

No Brasil, os desdobramentos da crise do capitalismo ocorreram mais especificamente nos anos 90, marcados pela abertura comercial, reestruturação dos modos de produzir e das formas de organizar o trabalho e adoção de políticas de corte neoliberal, a que se acresceram baixas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Essa conjuntura conformou um contexto desfavorável aos trabalhadores, já amplamente analisado, conduzindo a uma precarização do trabalho (Mattoso, 1999; Pochmann, 1999; Toni, 2006).

Os anos 2000 revelaram um cenário econômico mais favorável, verificando-se melhor desempenho do PIB e evolução positiva dos principais indicadores do trabalho, atenuando ou revertendo a precarização evidenciada na década precedente. Sobressai o aumento do contingente de trabalhadores assalariados com carteira de trabalho assinada, a queda nas taxas de desemprego e a elevação, embora lenta, do rendimento médio real dos trabalhadores. (Moretto; Krein, 2005; Passos; Ansiliero; Paiva, 2005; Freire, 2006; Cardoso Jr, 2007; Guimarães, 2011; Arandia, 2013).

É nesse contexto de mudanças que o Brasil assinou a Agenda Nacional do Trabalho Decente (ANTD), em 2006, estabelecendo como prioridades a geração de mais e melhores empregos, a erradicação do trabalho escravo e infantil e o fortalecimento dos atores tripartites e do diálogo social, como um instrumento de governabilidade democrática³.

Dentre as especificidades brasileiras em um ambiente econômico internacional favorável, até a crise de 2008, há que destacar que o crescimento econômico e a retomada da estruturação do mercado de trabalho, nesse início de século, estiveram pautados pelos seguintes fatores, dentre outros: forte geração de emprego assalariado com carteira de trabalho assinada e, portanto, com as proteções sociais legalmente determinadas; crescimento dos salários reais e adoção de uma política de aumentos reais do salário mínimo; redução da pobreza e amplos programas de transferência de renda; ampliação do crédito; e, crescente demanda de serviços (não transáveis) e bens (muitos dos quais importados). Tais fatores em conjunto geraram estímulos ao investimento e ao crescimento de atividades não transáveis – entre as quais merece destaque a construção civil –, ao mesmo tempo em que alicerçaram, em boa parte, o incremento do poder de compra das famílias, o qual esteve na base do aumento do consumo interno, fator este central para o bom desempenho do PIB nacional.

Todavia, a partir da crise financeira e econômica de 2008, o desempenho mostrou-se distinto, cabendo ressaltar que seus impactos sobre a economia brasileira têm sido mais brandos do

³ Dando continuidade à ANTD, várias atividades vêm sendo realizadas, tais como as experiências, pioneiras no mundo, de construção de agendas sub-nacionais de trabalho decente (Bahia, Mato Grosso, ABC Paulista e Curitiba), desenvolvidas no país a partir de 2007, e novas agendas estaduais e municipais vêm surgindo como resultado desse processo. Em 2010 foi elaborado o Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente e realizada a 1ª Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente. Em 2011 foi lançada a Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude (OIT, s.d.). Em 2014, a Diretora do Escritório da OIT no Brasil, Laís Abramo, durante a abertura da 5ª Oficina de Promoção de Trabalho Decente nos Grandes Eventos – Copa do Mundo Fifa 2014 e Jogos Olímpicos de 2016, afirmou que a realização desses eventos pode abrir uma série de oportunidades para que os temas do mundo do trabalho sejam favorecidos com a realização destes eventos (Abramo, 2014).

que os registrados nos países mais desenvolvidos, da Europa, América do Norte e Ásia. Em termos sucintos podem-se verificar três momentos importantes da economia e do mercado de trabalho da RMPA, no período pós 2008, os quais seguiram padrão similar ao registrado no âmbito nacional, guardadas as especificidades locais. Em 2009, logo após o deflagrar da crise, observa-se uma interrupção da trajetória mais favorável que a economia e o mercado de trabalho vinham apresentando na década de 2000, especialmente após 2004 (o PIB nacional teve variação negativa de 0,6% e o do RS caiu 0,4%). Em 2010 retoma-se uma conjuntura mais positiva, mas que se mostrou efêmera (o PIB do Brasil cresceu 7,5% e o do RS 6,7%), o que impactou positivamente o mercado de trabalho da RMPA, provocando queda do desemprego e aumento do nível de ocupação. Entretanto, a partir de 2011 o crescimento econômico tendeu a se desacelerar, especialmente no âmbito nacional (PIB de 2,7%, em 2011, de 1,0% e de 2,3%, nos dois anos seguintes, e de 0,2% no terceiro trimestre de 2014 – taxa acumulada ao longo do ano), tendo apresentado alta volatilidade no RS (PIB de 5,1%, -1,4⁴, 5,8% e 0,1%, , respectivamente).

Detendo-se sobre o mercado de trabalho da RMPA constata-se um comportamento desfavorável comparando-se o ano de 2009 com o de 2008. Nesse sentido, os principais indicadores do mercado de trabalho – taxa de participação, nível de ocupação e taxa de desemprego – sofreram uma interrupção daquela evolução positiva que vinham desenhando no período precedente, salientando-se a interrupção do ritmo acentuado de queda na taxa de desemprego (a taxa de desemprego ficou praticamente estável, passando de 11,2% para 11,1%, entre 2008 e 2009). Em 2010, a retomada do crescimento econômico impactou positivamente o mercado de trabalho da Região, provocando queda do desemprego (a taxa de desemprego, de 8,7% da PEA, foi a menor de toda a série histórica da Pesquisa) e crescimento do nível de ocupação (elevação de 2,9%, com a incorporação de mais 48 mil trabalhadores). A partir de 2011 esse processo de melhoria do mercado de trabalho, embora prossiga, se dá em ritmo bem mais moderado. Ou seja, não obstante a taxa de desemprego continuasse a declinar, tanto a redução do contingente de desempregados quanto a geração de ocupações foram perdendo vigor (a expressiva queda, de 46 mil, no número de desempregados, em 2010, retrocedeu para 26 mil, 5 mil e 11 mil, nos três anos seguintes, respectivamente; nesses mesmos anos, a elevação do contingente ocupado foi de 48 mil trabalhadores, 32 mil, 13 mil e 7 mil, respectivamente - Informe PED, 2014). Sob outro ângulo, ao se considerar cada mês frente ao mesmo mês do ano anterior, observa-se que a quantidade de trabalhadores que ingressaram no mercado de trabalho vem sendo sistematicamente inferior em 2012 e 2013, relativamente ao ocorrido em 2011 no confronto com o ano de 2010.

⁴ O desempenho da economia gaúcha, em 2012, foi marcado por três efeitos negativos principais: o quadro de semiestagnação da economia brasileira, em boa parte decorrente da crise internacional, a estiagem, que afetou fortemente as lavouras de verão, e a redução da demanda pelas exportações do Estado (Hoff; Lazzari, 2013).

Portanto, os dados mais recentes da PED-RMPA sugerem que a evolução do mercado de trabalho regional tem que ser analisada com cautela, face aos novos desdobramentos da economia estadual e nacional, em um cenário de continuidade da crise internacional. De fato, após a recuperação no período imediatamente posterior à crise de 2008, a economia mundial voltou a apresentar baixas taxas de crescimento, com crise mais aguda na zona do euro, não se projetando uma retomada sustentada do crescimento mundial. A economia mundial enfrenta uma conjuntura na qual predomina a incerteza, com perspectivas de que haja um período prolongado de baixo crescimento, com impactos adversos sobre a economia nacional, principalmente através dos canais comerciais e financeiros.

Nesse contexto, o movimento predominante na economia brasileira, bem como na do RS, já esboçado desde 2011, é de desaceleração. Esse crescimento mais moderado da economia vem provocando um arrefecimento do comportamento mais favorável que o mercado de trabalho vinha apresentando em anos mais recentes, exceção feita a 2009. Tal situação coloca no centro da pauta de discussões a questão da sustentabilidade do crescimento e da trajetória de retomada da estruturação do mercado de trabalho, que vigorou no primeiro decênio do presente século.

Para o desenvolvimento do tema proposto o texto está organizado em três seções, além desta Introdução. Na segunda parte são definidos os indicadores de trabalho decente com os quais se examinarão as condições de trabalho na RMPA. A terceira seção compreende a análise dos indicadores selecionados, permitindo investigar a situação do mercado de trabalho regional sob a ótica do trabalho decente. Por fim, nas considerações finais retomam-se os principais resultados da análise e são tecidos comentários a respeito de possíveis déficits de trabalho decente, na Região.

2 Indicadores de trabalho decente

As dimensões do trabalho decente ora contempladas incluem indicadores propostos em estudos desenvolvidos especialmente no âmbito da OIT, com o fito de auxiliar os países a monitorar e a comunicar efetivamente a situação do trabalho e acompanhar sua evolução ao longo do tempo. Sem dúvida visam, igualmente, medir a magnitude dos déficits de trabalho decente existentes e aferir avanços obtidos, de acordo com metas definidas em uma Agenda de Trabalho Decente, em cada país.⁵

Para o presente estudo os indicadores selecionados compõem um conjunto de variáveis com o qual se pretende cobrir a maior parte das áreas relativas ao trabalho decente, ficando excluídos

⁵ O desenvolvimento deste trabalho toma como referência estudos voltados para a realidade brasileira, com vistas a avaliar a situação da população trabalhadora, sob o enfoque do trabalho decente, destacando-se Abramo, Sanches e Costanzi (2008), Comissão ... (2008), OIT (2009) e Guimarães (2012).

apenas itens relativos à segurança, direitos no trabalho e ao diálogo social, uma vez que informações dessa natureza não integram a base de dados utilizada para o estudo.

No âmbito do mercado de trabalho, as dimensões consideradas referem-se à quantidade e à qualidade das ocupações, compreendendo os seguintes indicadores:

- a) quantidade de ocupações – taxa de participação, nível de ocupação e taxa de desemprego;
- b) qualidade das ocupações – estabilidade na ocupação (tempo de permanência no trabalho), excesso de horas trabalhadas (percentual de ocupados com jornada de trabalho superior às 44 horas semanais, conforme legislação trabalhista) e rendimento real médio do trabalho;
- c) proteção social – acesso à proteção social (proporção de trabalhadores que contribuem à previdência social); déficit de emprego formal (proporção da População Economicamente Ativa (PEA) em situação de desemprego e ocupados que não contribuem à previdência social); e
- d) inserção ocupacional dos jovens – falta de oportunidades de ocupação e proporção de jovens que não estudam nem trabalham.

Os indicadores serão desagregados por sexo, idade e raça/etnia, a fim de identificar discriminações presentes no mercado de trabalho no que respeita a diferentes segmentos populacionais, bem como analisar a questão da equidade em relação aos mesmos.

3 O mercado de trabalho da RMPA: rumo ao trabalho decente?

O mercado de trabalho da RMPA, como o do Brasil de um modo geral, atravessou um período de profundas transformações nas últimas décadas, que pode ser sintetizado como de precarização do trabalho, nos anos 90, e de retomada do processo de estruturação do mercado de trabalho, nos anos 2000. A análise a seguir busca avaliar o impacto das mudanças na quantidade e na qualidade da inserção da população ativa no mercado de trabalho, investigando em que medida a evolução dos indicadores contempla os postulados da Agenda do Trabalho Decente. O enfoque analítico considera os recortes de gênero, raça/etnia e idade, que permitem evidenciar segmentações e discriminações presentes no mercado de trabalho.

3.1 Taxa de participação

A **taxa de participação** refere-se à proporção de pessoas incorporadas ao mercado de trabalho, seja na condição de ocupados ou de desempregados. Em outros termos, tomando-se o grupo de indivíduos com 10 anos e mais de idade, que compõe a População em Idade Ativa (PIA) – pessoas consideradas aptas para trabalhar, conforme critérios adotados pela maioria das pesquisas

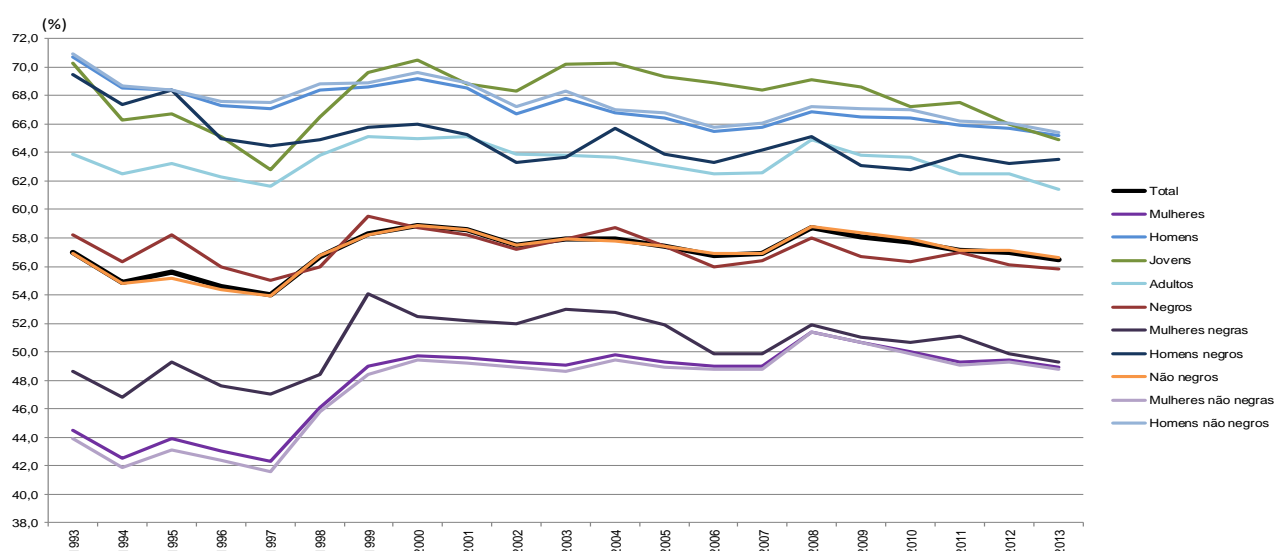
sobre mão de obra, no Brasil –, essa taxa é a relação entre a População Economicamente Ativa (PEA) – ocupados e desempregados – e a População em Idade Ativa (PEA/PIA).

A taxa de participação está relacionada às oportunidades de trabalho e emprego, as quais constituem um dos pilares para a promoção do trabalho decente. Nesse sentido, permite analisar o grau de participação dos diferentes grupos populacionais no mercado de trabalho e identificar possíveis diferenças e discriminações existentes.

Examinando-se esse indicador constata-se que a taxa de participação total apresentou tendência não muito bem definida ao longo do período em estudo: houve certo recuo entre 1993 e 1997, quando atingiu seu ponto mais baixo (54,0% em 1997), oscilando, a partir de então, em patamar geralmente superior ao registrado no primeiro ano da série (57,0%, em 1993). Esse indicador atingiu os valores mais elevados nos anos de 2000 (58,9%) e de 2008 (58,7%), declinando, a partir deste último ano, até chegar à taxa de 56,5%, ao final do período – Gráfico 1. Note-se que, em 2008, a taxa de participação elevou-se para todas as categorias de trabalhadores em estudo, apresentando, após, tendência declinante generalizada até o final da série. Em decorrência, em 2013 a taxa de participação total encontrava-se no mais baixo patamar dos anos 2000, resultado esse observado também para a maioria dos grupos de trabalhadores, exceto para os homens negros e as mulheres não negras.

Gráfico 1

Taxa de Participação, segundo sexo, idade e raça/cor, na RMPA - 1993-2013



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE e DIEESE - apoio MTE/FAT.

Tais resultados decorreram de comportamentos opostos entre as taxas de participação das mulheres e dos homens trabalhadores. No caso feminino, a taxa de participação tendeu a se elevar, especialmente entre 1997 e 2000, apresentando, após, pequenas oscilações até alcançar o pico em

2008 (51,4% da PIA feminina, face aos 44,5% de 1993) e declinando, posteriormente, para 48,9%, em 2013. De modo inverso, entre os homens a marca foi o declínio desse indicador ao longo da série, não obstante suas taxas de participação serem sistematicamente superiores às existentes para as mulheres (70,7% da PIA masculina – a mais alta do período –, em 1993, e 65,2%, em 2013). Note-se que, entre os trabalhadores masculinos, esse comportamento foi consistente, conforme os vários recortes analíticos em foco.

Entre a população jovem houve queda na taxa de participação total (70,3% em 1993 e 64,9% em 2013), ao passo que entre os adultos maiores de 24 anos registrou-se pequena diminuição desse indicador, considerando os pontos extremos do período (63,9% e 61,4% respectivamente). Tais resultados denotam uma tendência de envelhecimento da população trabalhadora, como um dos fatores demográficos relevantes do período recente (Kreling, 2011).

Sob o recorte de raça/cor os movimentos foram diferenciados. Entre os não-negros a taxa de participação registrou praticamente o mesmo patamar, passando de 56,9% para 56,6%, nos extremos do período, pois a expressiva elevação da taxa feminina compensou a queda desse indicador entre os homens. De modo distinto, houve recuo nessa taxa para os negros, dada a queda mais acentuada na taxa masculina.

Portanto, as alterações nas taxas de participação revelaram mudanças importantes na composição da força de trabalho, destacando-se a maior presença de mulheres e de pessoas com mais idade. Assim, em decorrência das tendências opostas entre as taxas de participação de mulheres e homens, diminuiu o diferencial de participação no mercado de trabalho entre esses dois segmentos populacionais. Em decorrência, as mulheres passaram a representar 46,3% da PEA, em 2013, contra os 40,9% de 1993, sendo este um fenômeno associado a fatores econômicos, sociais e culturais (Galeazzi et. al, 2003; Lavinias et al., 2000; Hirata, 1996). Tal resultado atenuou as diferenças de gênero na participação no mercado de trabalho, atendendo a um dos objetivos da Agenda do Trabalho Decente.

3.2 Nível de ocupação eleva-se nos anos 2000

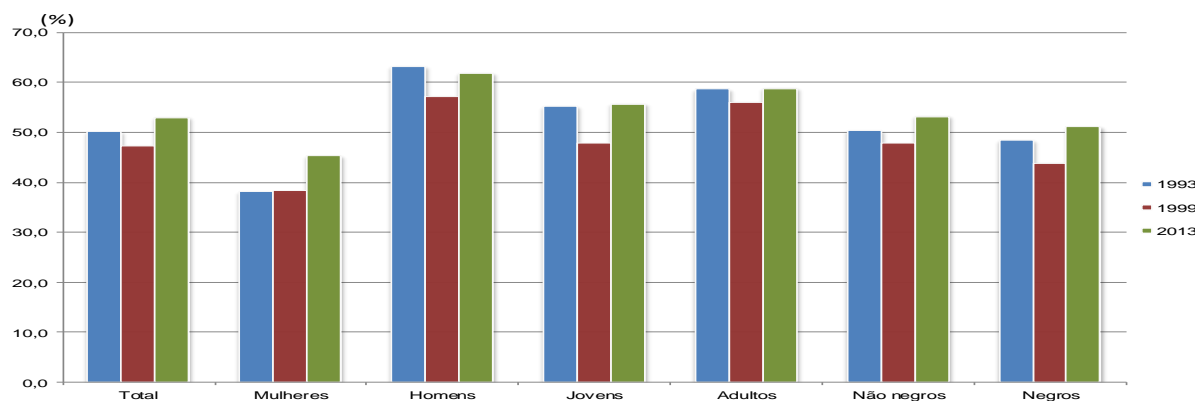
O nível de ocupação é particularmente importante ao se tratar do trabalho decente, uma vez que está diretamente associado às oportunidades de trabalho para a população. Para o presente estudo, esse indicador foi calculado a partir da relação entre a PIA e o contingente ocupado (ocupados/PIA).

Esse indicador seguiu padrão semelhante para as várias categorias de trabalhadores, tendendo a diminuir nos anos 90 e passando a se elevar nos anos 2000, registrando certa

estabilidade ao final da série. Desse modo, a partir de 2008 logrou ultrapassar o nível verificado no ponto inicial (50,1%, em 1993), que havia sido o mais elevado até 2007. Ao final da série o nível de ocupação situava-se em 52,9% da PIA – Gráfico 2.

Gráfico 2

Nível de ocupação, segundo sexo, idade e raça/cor, na RMPA - 1993,1999, 2013



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

Na década de 90, a evolução do nível ocupacional revela uma das facetas da deterioração do mercado de trabalho, o que veio associado à elevação do desemprego, como se verá adiante. Em decorrência, em 1999 todas as categorias acusaram o mais baixo nível de ocupação da série (47,3% da PIA encontravam-se ocupados). A recuperação da economia, com maiores taxas de crescimento do PIB no decorrer dos anos seguintes, impactou positivamente o mercado de trabalho, o que se manifestou, dentre outros aspectos, na tendência de elevação do nível de ocupação, notadamente após 2003. Assim, a partir de 2004 o nível de ocupação passa a crescer, sendo que, em 2007 e 2008, eleva-se para todos os grupos de trabalhadores em análise. Depois da crise econômico-financeira a queda é generalizada, em 2009, seguida de recuperação nos dois anos seguintes. Já, ao final do período, esse comportamento positivo perde vigor e o nível de ocupação total permanece relativamente estável nos dois últimos anos da série, não obstante ter atingido o mais alto patamar, de 53,0%, em 2012. Em 2013 o comportamento tendeu a ser negativo ou estável (houve recuo para mulheres, adultos e não-negros e estabilidade para homens e jovens). O único grupo a registrar elevação foi o de trabalhadores negros. A retomada de uma evolução positiva após 2009 fez com que, para a maioria dos segmentos de trabalhadores, o nível de ocupação mais elevado fosse atingido nesse período final, exceção feita aos homens, cujo maior nível de ocupação havia sido registrado no primeiro ano da série.

Mediante uma perspectiva de gênero, o aumento do nível de ocupação total se deveu ao comportamento do indicador observado entre as mulheres, que apresentou uma evolução favorável, uma vez que, para o segmento masculino, houve redução. Sendo assim, a elevação na taxa de participação feminina veio acompanhada de aumento nas oportunidades de ocupação, manifesto no expressivo crescimento do nível de ocupação, o qual passou de 38,2% da PIA feminina, em 1993, para 45,2%, em 2013. O nível ocupacional dos homens, embora em declínio, permaneceu sempre superior ao observado entre as mulheres (63,2%, em 1993; 61,7%, em 2013).

Evolução positiva ocorreu igualmente para os trabalhadores não-negros, os negros, os jovens e os adultos. Embora em magnitude menor do que entre as mulheres, o crescimento do nível de ocupação para esses grupos logrou superar os patamares verificados no início da série. Portanto, os homens foram o único segmento de trabalhadores a apresentar recuo no nível de ocupação, considerando-se os pontos extremos do período em análise.

Ainda quanto ao nível ocupacional, também há diferenças no grau de engajamento dos vários grupos de trabalhadores no mercado de trabalho: o nível ocupacional mais elevado foi observado para os homens (61,7%, em 2013), situando-se nos patamares mais baixos entre as mulheres (45,2%, em 2013) e entre os negros (51,0%).

A análise do nível de ocupação, em sua interface com o trabalho decente, permite afirmar que, mesmo não havendo um parâmetro definido, há ainda espaço para sua elevação, seja porque, em certas categorias, esse indicador se encontrava, em 2013, abaixo do patamar de anos anteriores, seja por persistirem diferenciais entre os grupos de trabalhadores, em especial os relativos a gênero e raça/cor. Tais resultados indicam a necessidade de ampliar as oportunidades de trabalho, o que fica mais evidente ainda quando se analisa o desemprego entre a população trabalhadora, como se verá a seguir.

3.3 Queda expressiva do desemprego nos anos 2000

O desemprego é uma variável crucial para se apreender o déficit de trabalho decente, pois é um indicador direto da falta de oportunidades de trabalho para a população que busca uma ocupação. No caso da RMPA, o fato de as taxas de desemprego se situarem em patamares relativamente elevados amplia os efeitos negativos dessa condição sobre os trabalhadores.

A análise das taxas de desemprego ao longo do período ora enfocado revela um comportamento que acompanha de certo modo as conjunturas econômicas, o que é até certo ponto esperado, uma vez que a taxa de desemprego é considerada um indicador síntese da situação do mercado de trabalho em sua interface com a atividade econômica.

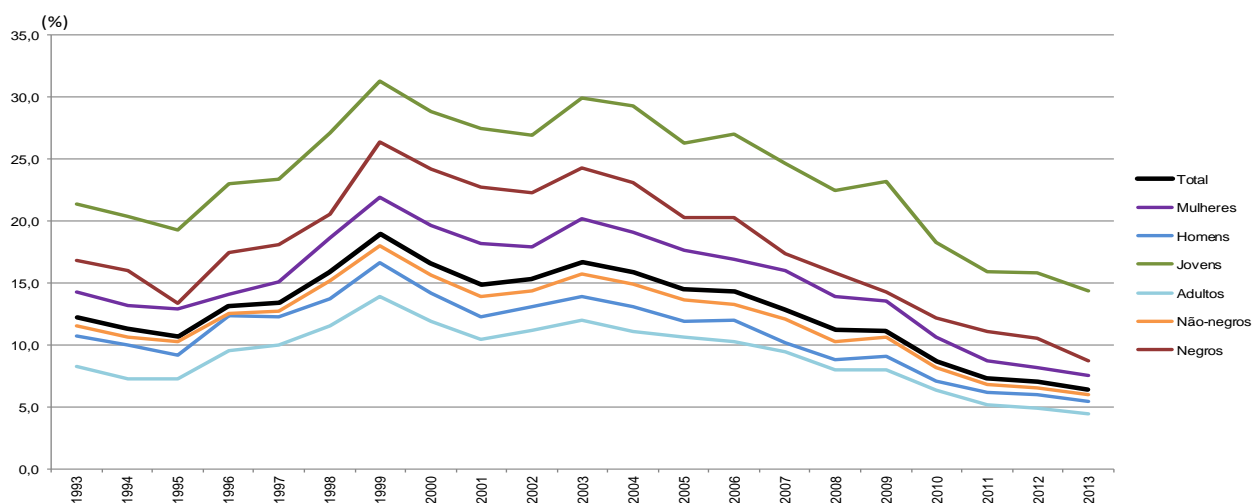
Sendo assim, a taxa de desemprego total, na RMPA, tendeu a se elevar nos anos 90 – mais precisamente na segunda metade da década – revelando movimento declinante nos anos 2000. No início do período, em 1993, a taxa de desemprego total situava-se em 12,2% da PEA, tendo-se reduzido nos dois anos seguintes e passando a se elevar até 1999, quando a taxa de desemprego total atingiu o pico de toda a série – 19,0% da PEA. Nos anos 2000 a tendência é descendente, situando-se em 6,4% em 2013 – o patamar mais baixo da série. Em termos do contingente em desemprego, o número de pessoas desempregadas, na Região, foi de 174 mil, em 1993; recuou para 155 mil, em 1995; atingiu a maior parcela em 1999 (316 mil pessoas) e declinou para 122 mil, em 2013.

A continuidade na redução da taxa de desemprego no período recente, na RMPA, segue padrão observado também no âmbito nacional e tem sido alvo de estudos e debates. Por um lado, argumenta-se que se estaria em uma situação de pleno emprego, dados os baixos patamares atingidos por esse indicador, de outro, busca-se uma explicação para o fenômeno, uma vez que ocorre em um momento de relativa estagnação do nível de ocupação, em especial em 2012 e 2013, como já analisado (Kon, 2012; Proni, 2012). Quanto a essa última discussão, os argumentos contrapõem-se à abordagem do pleno emprego, questionando essa afirmação tendo por base as características do mercado de trabalho brasileiro. Dentre elas enfatiza-se a existência de elevadas parcelas de trabalhadores informais, de ocupados que não têm contribuição para a previdência social, ou de trabalhadores com inserção ocupacional precária (Saboia, 2013), evidenciando a necessidade de criação de mais e melhores oportunidades de trabalho – como referido na introdução, este aspecto é um dos postulados básicos do trabalho decente. Quanto à queda do desemprego em um momento de certa desaceleração da ocupação, as análises têm buscado explicações colocando em evidência o modesto crescimento da PEA, ou mesmo sua redução em alguns anos, associado, entre outros fatores, à maior permanência dos jovens na escola. Assim, a queda do desemprego estaria mais associada a fatores operando pelo lado da oferta de mão de obra do que aos de demanda. Portanto, como já mencionado, a redução das taxas de participação, resultando em menor pressão da mão-de-obra sobre o mercado de trabalho, estaria contribuindo para a queda do desemprego, em uma conjuntura de fraca geração de postos de trabalho (Bastos, 2014).

Considerando-se os segmentos de trabalhadores, as taxas de desemprego revelam características já consagradas em estudos sobre o mercado de trabalho nacional: são mais elevadas entre os jovens, os trabalhadores negros e as mulheres. Assim, em 2013, as taxas de desemprego apresentavam os seguintes valores: jovens 14,4% e adultos 4,4%; negros 8,7% e não-negros 6,0%; mulheres 7,5% e homens 5,4% (Gráfico 3).

Gráfico 3

Taxa de Desemprego, segundo sexo, idade e raça/cor, na RMPA - 1993-2013



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

A evolução favorável da economia e do mercado de trabalho, que derrubou as taxas de desemprego na década de 2000, contribuiu para que o indicador passasse a se situar, a partir de 2010, entre os mais baixos patamares observados na série, para todos os segmentos de trabalhadores. A queda do desemprego foi marcante entre os homens, com recuo de 50,0% nesse indicador, no período 1993-2013. Pelo lado da oferta de trabalho, a diminuição da taxa de participação masculina contribuiu para esse resultado, revelando menor pressão desse segmento sobre o mercado de trabalho. De modo distinto, o aumento da taxa de participação das mulheres – mesmo que tenha avançado seu nível de ocupação – impediu uma queda maior da taxa de desemprego, que recuou 45,5% entre 1993 e 2013, ampliando ligeiramente o hiato entre homens e mulheres.

Para o segmento jovem, de 16 a 24 anos, constatou-se, como agravante, o fato de que, além de suas taxas de desemprego serem as mais elevadas, estas registraram a menor queda, no período (taxas de 21,4%, em 1993, e 14,4%, em 2013, com recuo de 32,7%). Para esse grupo, o comportamento das taxas de desemprego deveu-se mais às condições não tão favoráveis pelo lado da demanda por trabalho, uma vez que sua taxa de participação também declinou, fator este que poderia ter induzido uma maior diminuição do desemprego.

Tendo-se presente que o desemprego tem relação direta com o déficit de trabalho decente, os resultados indicam que o aumento das oportunidades de trabalho não tem sido suficiente para absorver o grande contingente de pessoas que necessitam um trabalho, sendo, assim, uma expressão da necessidade de obter uma ocupação e das dificuldades encontradas na busca por trabalho. De

fato, a análise revela taxas de desemprego ainda elevadas, notadamente para as mulheres, os negros e os jovens, não obstante a evolução favorável desse indicador nos anos mais recentes.

No que diz respeito aos jovens, além do elevado desemprego há outros fatores que aprofundam as condições de exclusão e vulnerabilidade a que se encontra sujeito esse segmento populacional, tal como sua condição em relação à frequência à escola e ao ingresso no mercado de trabalho.

Neste particular, os dados revelam que há uma parcela expressiva de **jovens entre 16 e 24 anos que não estudam e também não têm um trabalho**, encontrando-se excluídos de duas das mais importantes instituições sociais para sua formação social: escola e mercado de trabalho. A condição desse grupo compõe uma das dimensões do conceito de trabalho decente, pois a necessidade de uma formação social e cidadã para a juventude é considerada crucial para uma efetiva participação na sociedade, bem como no mercado de trabalho. Por essas razões esse segmento tem sido alvo de estudos, nos quais recebe a denominação de “jovens nem-nem” (Cardoso, 2013; Camarano; Kanso, 2012). Na RMPA, 15,0% dos jovens encontravam-se nessa condição, em 1993, declinando para 11,2%, em 2013 (60 mil jovens).⁶ Embora tenha se reduzido, no período, preocupa a resistência dessa parcela em diminuir nos anos mais recentes, caracterizados por crescimento econômico, melhores condições do mercado de trabalho e aumento da escolaridade, notoriamente nesse grupo etário.

Na análise sob a perspectiva de gênero e raça/etnia, observam-se diferenças marcantes. A parcela na condição em foco era maior para as mulheres e os jovens negros, comparativamente aos homens e aos não-negros. Contudo, a evolução foi distinta: constatou-se redução entre as mulheres, os negros e os não negros e aumento entre os homens (em 2013, as parcelas respectivas eram 14,6%, 13,0%, 11,0% e 7,8%).

Portanto, quanto à parcela de jovens que não estudam e nem trabalham, a evolução foi mais positiva para as mulheres, embora essa condição esteja mais condicionada por questões de gênero do que de raça/etnia. Ou seja, a maior presença de mulheres nessa condição deve estar associada à discriminação contra a mulher na sociedade em geral, especialmente pela forte presença delas na atividade de afazeres domésticos, o que tende a afastar muitas jovens mulheres tanto da escola quanto do mercado de trabalho.

3.4 Jornada de trabalho e rotatividade

A jornada média de trabalho semanal é uma dimensão importante quando se trata do trabalho decente, pois repercute nas condições adequadas de trabalho, para os indivíduos, com

⁶ Segundo Guimarães (2012), que considera os jovens entre 15 e 24 anos, o percentual encontrado para o Brasil era ainda maior e pouco diminuiu entre 1993 (20,2%) e 2009 (18,4%).

ênfase na segurança no trabalho, como também na qualidade de vida dos trabalhadores e de suas famílias, à medida que interfere na distribuição do tempo entre trabalho e vida familiar.

No Brasil, a jornada de trabalho é estipulada em 44 horas semanais, conforme a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), cuja legislação regula o trabalho assalariado no setor privado. No decorrer do período em estudo, a jornada de trabalho apresentou os patamares mais elevados entre o final dos anos 90 e início da primeira década dos anos 2000. A jornada média semanal, para o conjunto dos ocupados, variou de 43h semanais entre 1993 e 1998, 44h entre 1999 e 2003 e em 2005 e oscilações entre 43h e 42h no restante do período (42 horas em 2013). Entre os diversos segmentos de trabalhadores registraram-se diferenças mais acentuadas para os homens (entre 47h e 44h) e os adultos (entre 45h e 42h). Destaque-se que a jornada de trabalho era mais elevada para os homens (44h, em 2013) e mais baixa para as mulheres e os jovens (40h para cada categoria).

Com relação à carga de trabalho e considerando aspectos mais estreitamente relacionados ao trabalho decente, interessa analisar dois outros indicadores: as longas jornadas de trabalho, entendidas como aquelas que ultrapassam as 44h semanais, conforme a CLT, e o tempo de permanência no trabalho.

O exame dos dados mostra que a proporção de trabalhadores com **longas jornadas de trabalho** foi sempre superior a um terço da força de trabalho, sendo de 37,1% em 1993 e de 34,9% em 2012. A única exceção foi 2013, ano em que essa parcela recuou para 30,8% – a mais baixa da série. No ano 2000 registrou-se a mais alta proporção de trabalhadores com longas jornadas (43,7% para o total de ocupados), sendo que mais da metade dos homens encontrava-se nessa condição (50,9%, a parcela mais elevada dentre os grupos de trabalhadores). De modo inverso, a menor proporção de ocupados com longas jornadas foi registrada em 2013, para todas as categorias em foco (30,8% para o total e 25,1% entre as mulheres – a menor de todas).

De modo similar ao constatado para a jornada média de trabalho semanal, os homens detinham a maior parcela com carga excessiva de horas de trabalho (35,5%, em 2013), seguidos dos adultos (32,1%) e dos negros (31,1%); os jovens e as mulheres apresentavam as parcelas mais reduzidas (24,9% e 25,1%, respectivamente, em 2013)⁷.

No que se refere ao **tempo médio de permanência no trabalho exercido**, o indicador permite aferir aspectos vinculados à rotatividade da mão-de-obra, oferecendo elementos para avaliar dimensões importantes do trabalho decente, tais como segurança/incerteza no trabalho e grau de vulnerabilidade social a que estão expostos os trabalhadores.

⁷ Quanto às mulheres deve-se levar em conta que, via de regra, elas têm elevada responsabilidade no âmbito doméstico com as atividades ligadas aos afazeres domésticos, atividade esta que geralmente não é computada como trabalho nas estatísticas sobre mão-de-obra. De fato, ao se computarem as horas semanais dedicadas pelas mulheres aos afazeres domésticos (22,3h face às 9,7h semanais, entre os homens, conforme o IBGE) a jornada média de trabalho semanal das trabalhadoras femininas fica maior do que a masculina em cerca de 5 horas (OIT, 2009).

Tomando-se o tempo médio de permanência no trabalho para o período em estudo constata-se que houve um comportamento positivo, especialmente nos anos 2000, à medida que o tempo médio se ampliou de 5,2 anos, em 1993, para 5,3, em 2000 e 6,5 anos, em 2013. Esse desempenho foi similar para os vários segmentos de trabalhadores, exceção feita aos jovens, único grupo em que o indicador acusou diminuição.

Examinando-se as categorias de trabalhadores, o tempo médio de permanência no trabalho é mais elevado para os adultos (7,5 anos, em 2013) e para os homens (6,9 anos). De modo inverso, revelou-se extremamente baixo entre os jovens (1,3 anos, a partir de 2010), sendo também mais reduzido do que a média para os trabalhadores negros (5,4 anos, em 2013) e para as mulheres (5,9 anos).

Uma avaliação geral da evolução do tempo médio de permanência no trabalho permite afirmar que a rotatividade da mão-de-obra pode ser considerada elevada, sendo um traço estrutural do mercado de trabalho brasileiro, haja vista o baixo tempo médio de permanência no trabalho (6,5 anos, em 2013) e a elevada parcela de trabalhadores com até um ano na ocupação (29,7%).⁸

3.5 Rendimento em lenta recuperação

Os rendimentos provenientes do trabalho são de importância crucial para o trabalho decente, à medida que constituem elemento primordial para a satisfação das necessidades da população. Como bem destaca Guimarães (2012), esse rendimento está intimamente associado ao bem estar do trabalhador e de sua família, possibilitando o acesso aos bens e serviços disponibilizados no mercado. Ainda conforme o autor, tal fato é corroborado pela elevada proporção que o rendimento do trabalho representa no orçamento familiar, atingindo 61,1% do rendimento total e variação patrimonial das famílias brasileiras.

As informações captadas pela PED-RMPA indicam que, em 2013, **o rendimento médio real** do trabalho principal correspondia a R\$1.785. Examinando-se o comportamento desse indicador no decorrer do período em foco constatam-se oscilações importantes, com destaque para certos momentos. Primeiramente houve elevação expressiva do valor real dos rendimentos imediatamente após a implantação do Plano Real, de 1994, que logrou debelar a inflação crônica que assolava o País há vários anos: entre 1994 e 1997 registrou-se aumento de 19,0%, atingindo o segundo maior valor da série neste último ano (R\$ 1.782), só ultrapassado no último ano do período em estudo (R\$ 1.785, em 2013). É importante referir que esse comportamento foi distinto do

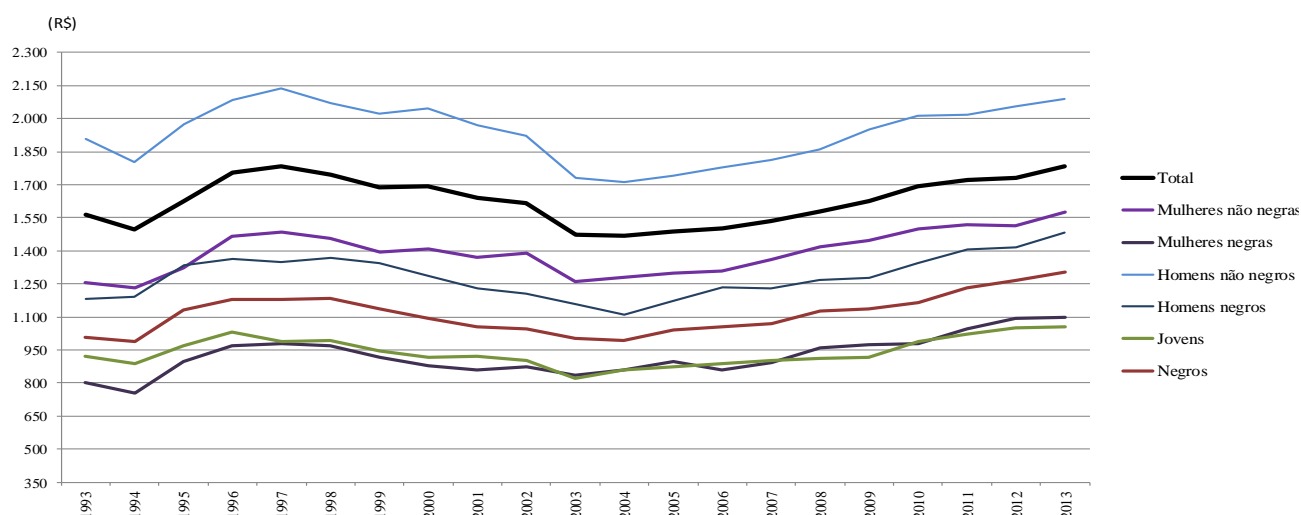
⁸ Em estudo sobre esse tema, Ramos e Carneiro (2002) constatam que no Japão, por exemplo, apenas 9% dos assalariados possuem menos de um ano de tempo de serviço – o menor percentual entre os países da OCDE – sendo o tempo médio de permanência no posto de trabalho de 10,9 anos (1991) - o maior entre os países da OCDE. Já os EUA situam-se no outro extremo – 28,8% dos assalariados tinham menos de um ano no trabalho e o tempo médio de permanência no posto era de 6,7 anos.

registrado para outras variáveis do mercado de trabalho, tais como o nível de ocupação, a qualidade das ocupações e a taxa de desemprego, que se deterioraram nos anos 90, conforme já referido.

A seguir, entre 1998 e 2004 a trajetória foi de queda dos rendimentos reais, os quais chegaram a seu valor mais baixo em 2004 (R\$ 1.468). A partir daí desenha-se uma elevação continuada, embora lenta, com ganhos da ordem de 21,6% entre 2004 e 2013 (Gráfico 4). A retomada sustentada do crescimento econômico e a valorização do salário mínimo foram certamente fatores determinantes para esse desfecho favorável, conformando uma conjuntura mais positiva para as negociações coletivas de trabalho e as reivindicações de aumentos reais de salários.

Gráfico 4

Rendimento médio real dos ocupados, segundo sexo, idade e cor, na RMPA - 1993-2013



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: O inflator utilizado foi o IPC-IEPE; valores em reais de fev./14.

Tomando-se todo o período verifica-se que, com crescimento de 14,0%, o rendimento médio real, em 2013 (R\$ 1.785), encontrava-se acima do valor registrado no primeiro ano da série (R\$ 1.566), não obstante, até 2012, ainda se situar abaixo do referente a 1997, o mais alto até então registrado. Conclui-se, pois, que os ganhos obtidos após 2004 foram apenas suficientes para contrarrestar as perdas havidas entre 1998 e 2004.

Dentre os grupos de trabalhadores, o desempenho do rendimento médio real foi similar ao do conjunto dos ocupados, exceção feita às mulheres, para as quais a trajetória dos rendimentos reais foi diversa. De fato, para elas foram registrados ganhos no rendimento entre 1993 e 2004, ao contrário das demais categorias, embora tenham igualmente apresentado perdas entre 1997 e 2004 – Gráfico 4. Tal evolução determinou um ganho real mais elevado para o contingente feminino, face aos demais grupos de trabalhadores, no decorrer do período enfocado – em 2013, o rendimento

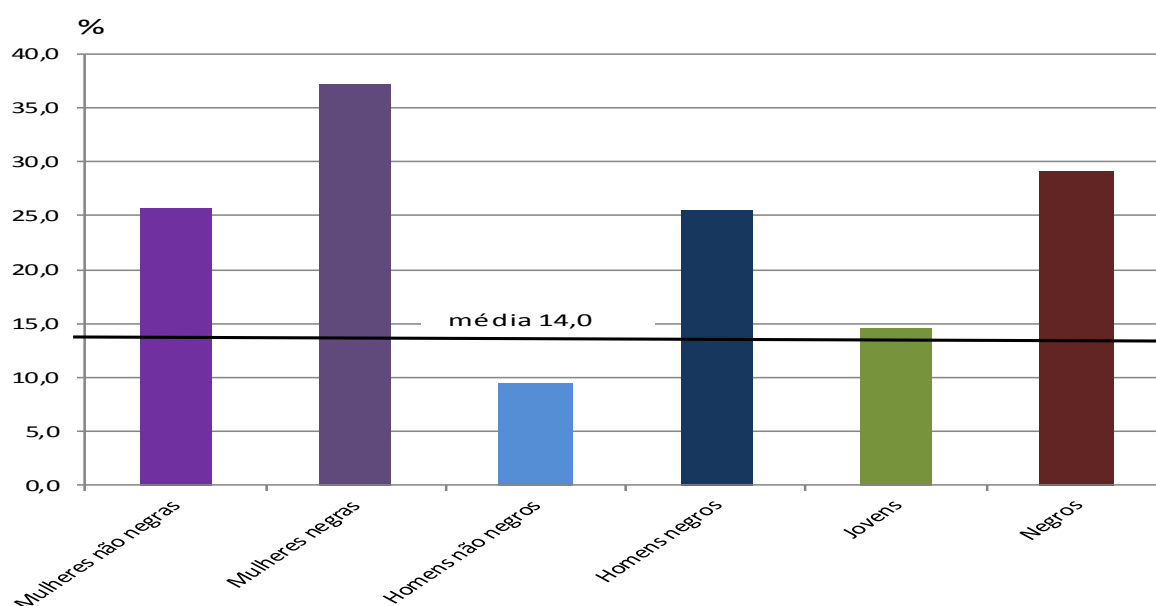
médio real das mulheres encontrava-se 27,4% acima do registrado no início da série, ao passo que para os homens a elevação foi de apenas 10,6%, o que contribuiu para diminuir a elevada desigualdade no rendimento entre os dois grupos.

Quanto à magnitude dos rendimentos, estes eram inferiores para as mulheres, em relação aos homens, em toda a série – R\$ 1.516 e R\$ 2.016, respectivamente, em 2013 – o que revela, sob outra faceta, a existência de desigualdades de gênero no mercado de trabalho. Agregando-se ao gênero a análise por raça/cor dos trabalhadores observa-se que este último fator é ainda mais determinante para os diferenciais de rendimento, pois a desvantagem para os trabalhadores negros é ainda maior. De fato, as mulheres negras encontravam-se na situação mais desvantajosa, sofrendo uma dupla discriminação, pois auferiam rendimentos bastante baixos (R\$ 1.099, em 2013), enquanto o valor para os homens negros (R\$ 1.484) era inferior inclusive ao das mulheres não-negras (R\$ 1.578).

No que concerne aos ganhos registrados no rendimento médio real para as categorias de trabalhadores, as magnitudes revelaram-se distintas, favorecendo, de modo geral, aquelas com rendimentos inferiores. Esse resultado positivo diminuiu os diferenciais de rendimentos entre os grupos, no período, atenuando as desigualdades existentes (Gráfico 5). Para tal desfecho certamente contribuiu a política governamental de valorização do salário mínimo, que impacta mais diretamente os grupos com menores rendas⁹.

Gráfico 5

Variação percentual do rendimento médio real dos ocupados, segundo sexo, idade e raça/cor, na RMPA - 1993-2013



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

⁹ Estudo do DIEESE (2010) mostra ganhos reais para o salário mínimo real médio anual durante praticamente todo o período em estudo, exceção feita à primeira metade da década de 90. O ganho real maior ocorreu após 2004, quando o salário mínimo real médio anual elevou-se em 44,8%, até 2009.

Os resultados da análise permitem afirmar que a evolução do rendimento médio real, especialmente a partir de 2005, vem contemplando a Agenda do Trabalho Decente, no sentido de ampliar o rendimento do trabalho e reduzir a perversa distribuição de renda que se encontra historicamente enraizada no mercado de trabalho brasileiro. Todavia, como se pôde constatar, há ainda um longo caminho a trilhar no sentido de uma distribuição mais equitativa dos rendimentos do trabalho, pois persistem elevados diferenciais de rendimento entre os segmentos de trabalhadores.

3.6 Proteção social precisa ser mais abrangente

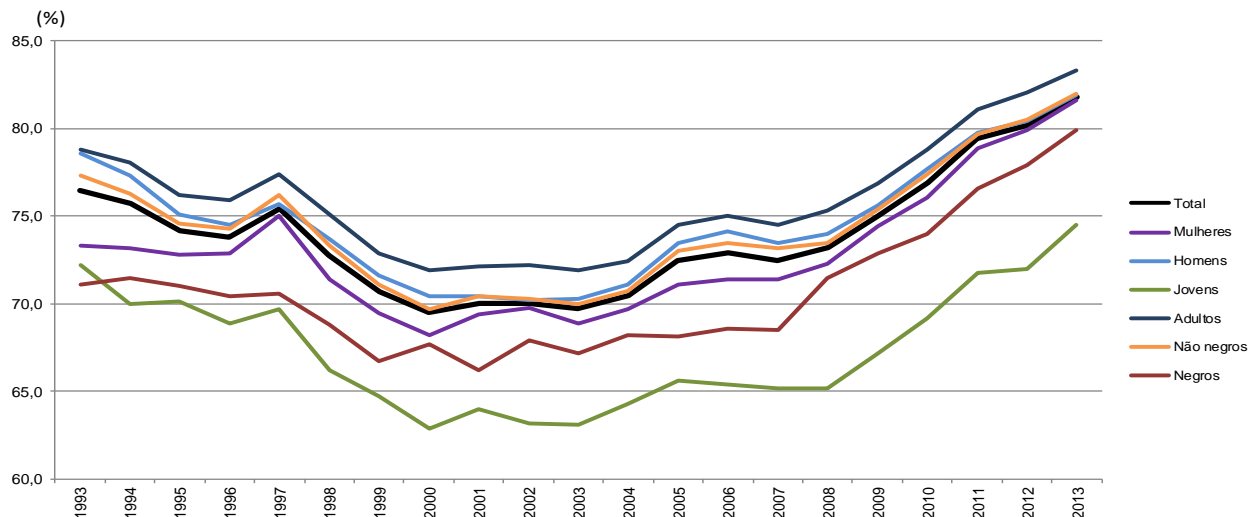
Uma definição ampla de proteção social deveria ir além da seguridade que abrange a força de trabalho *strictu sensu*, incluindo grupos mais vulneráveis ou situações que envolvem fatores externos ao mercado de trabalho, tal como propõe Ghai (2006, p. 14-15): The purpose of social protection is to provide security against a variety of contingencies and vulnerabilities. [...] Social protection policies should thus aim to reduce suffering, anxiety, insecurity and material deprivation. Embora a proteção social provavelmente não tenha esta abrangência na maioria dos países, ela incorpora grande parte do que a noção de trabalho decente contemplaria.

No presente texto, a proteção social refere-se a direitos e benefícios previstos para trabalhadores ocupados ou desempregados (saúde, licença maternidade e paternidade, férias remuneradas, aposentadoria, seguro desemprego, etc.), cujo fundamento é assegurar a qualidade de vida dos trabalhadores bem como a de seus familiares. Para aferir esse indicador considera-se a condição do trabalhador quanto à contribuição à previdência social pública, através da qual os trabalhadores têm acesso aos direitos e benefícios sociais associados ao trabalho. Na análise há que reter o fato de que, no Brasil, a proteção social não chegou a se universalizar, diferentemente do que ocorreu nos países mais avançados, nos quais o Estado de Bem Estar Social garante proteção contra os riscos da existência social (doença, desemprego, velhice, etc.).

A análise dos dados do Gráfico 6 mostra que a previdência social abrangia ao redor de três quartos do total de ocupados (76,5%, em 1993) proporção que passou a ser superada apenas depois de 2010, tendo alcançado 81,8% ao final do período. Apesar dessa evolução positiva, essa situação indica a gravidade em que se encontrava um contingente importante da força de trabalho – 324 mil indivíduos, em 2013 – excluído dos direitos e benefícios sociais previstos pela legislação trabalhista e previdenciária.

Gráfico 6

Proporção de ocupados que contribuem para a previdência social, por sexo, idade e raça/cor, na RMPA - 1993-2013



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

Ao longo do período, os níveis de proteção social acompanharam, de certo modo, as conjunturas econômicas, predominando, nos anos 90, oscilações negativas, atingindo o mais baixo grau de proteção em 2000 (69,5% de contribuintes). Tal evolução corrobora análises que evidenciam uma precarização do trabalho como a marca prevalente daquela década, associada aos processos de globalização, reestruturação produtiva e adoção do ideário neoliberal (Toni, 2006; Mattoso, 1999; Pochmann, 1999).

A partir de 2001 as variações do grau de proteção social passam a ser majoritariamente positivas, superando, ao final do período, o patamar inicialmente registrado.

Esse movimento foi similar entre as categorias de trabalhadores, notando-se algumas peculiaridades que merecem destaque. Primeiramente, os jovens, os negros e as mulheres detinham o maior grau de exclusão quanto à proteção social – contribuíam à previdência 74,5%, 79,9% e 81,6%, respectivamente, em 2013. Ressalte-se que, enquanto a maior parte dos grupos teve apenas um ligeiro aumento na parcela de contribuintes, considerando os pontos extremos do período, para as mulheres e os negros o comportamento foi mais positivo, com maior ampliação das respectivas proporções. Os jovens, por seu turno, que já se encontravam na situação mais vulnerável, foi o grupo para o qual se registrou o menor aumento. Ademais, dentre eles a proporção de contribuintes à previdência somente no último ano do período em estudo superou o patamar inicial, diferentemente da maioria dos segmentos de trabalhadores, os quais já em 2010 haviam logrado ultrapassar a parcela do início do período – Gráfico 6.

Em resumo, a elevada exclusão da proteção social para extensas categorias de trabalhadores evidencia as dificuldades que esses indivíduos enfrentam no mercado de trabalho, o que reforça a necessidade de políticas públicas mais abrangentes, voltadas às características e necessidades desses grupos de trabalhadores, no sentido de ampliar sua incorporação ao Sistema de Proteção Social.

O grau de exclusão social associado à inserção dos indivíduos no mercado de trabalho pode ainda ser evidenciado sob outros ângulos de análise, que revelam a taxa de informalidade e o déficit de emprego formal existentes.

A análise dos dados do período mostra que ambos os indicadores registraram forte deterioração nos anos 90, apresentando tendência de recuperação de 2004 em diante. Tal comportamento possibilitou redução importante nos dois indicadores, que lograram atingir, a partir de 2010, cifras mais elevadas do que as vigentes no início do período.

No que concerne à **taxa de informalidade**, que se refere à ausência de proteção social conforme a legislação trabalhista e previdenciária, a parcela de trabalhadores nessa condição passou de 23,5% em 1993, para 30,5%, em 2000 – o valor mais elevado –, retrocedendo, após, e se situando, a partir de 2010, em patamares inferiores ao inicialmente verificado (18,2%, em 2013). Esse movimento foi semelhante ao constatado para os vários segmentos de trabalhadores. Note-se que, de 2008 em diante, o comportamento foi de queda continuada da taxa de informalidade para todos os grupos. Apesar dessa melhora evidente, com redução da exclusão social associada ao trabalho, em 2013 a informalidade ainda atingia quase um quinto dos trabalhadores, segundo os vários recortes analíticos, sendo particularmente aguda entre os jovens, cuja taxa alcançava 25,5%.

O **déficit de emprego formal**, por seu turno, é aferido através da soma do número de desempregados e da parcela de trabalhadores que não contribuem para a previdência social, em relação à PEA. Esse déficit é ainda elevado, mesmo com a retomada do processo de estruturação do mercado de trabalho, que vem ocorrendo a partir da segunda metade da primeira década dos anos 2000, pois atingia a cifra de 23,4% para o conjunto da PEA, em 2013. O déficit de emprego formal chegou a seu ponto máximo no ano de 1999 (42,7%), resultado esse associado às baixas taxas de crescimento econômico do país e à reestruturação produtiva, em um ambiente de neoliberalismo, que provocou uma deterioração do mercado de trabalho, com aumento da taxa de desemprego e queda da proteção social. Nos anos 2000 a tendência foi de diminuição desse déficit, com deterioração tão somente em 2002 e 2003 e redução continuada para todos os grupos de trabalhadores, de 2004 em diante. A queda da taxa de desemprego, aliada ao aumento da formalização dos vínculos assalariados – movimentos esses que marcaram a melhoria das condições do mercado de trabalho nesse período –, contribuíram para o bom desempenho desse indicador.

A situação mais crítica foi encontrada para os jovens que, além de apresentarem o mais alto déficit de emprego formal (36,2%, em 2013), foram o único grupo em que o percentual ultrapassou os 50%, mantendo-se nesse patamar elevado entre 1998 e 2007. De modo inverso, as mulheres e os negros, embora com déficit de emprego formal mais elevado do que os homens e os não negros, tiveram uma evolução mais favorável, com diminuição mais expressiva do déficit de emprego formal: entre 1993 e 2013 esse indicador passou de 37,2% para 24,5%, entre as mulheres, e de 40,9% para 27,0%, para os negros.¹⁰

A respeito desses dois indicadores, o exame dos dados, ao longo do período, revela que a melhora das condições do mercado de trabalho, notadamente após 2004, levou a uma redução tanto da taxa de informalidade quanto do déficit de emprego formal, evolução esta que vai ao encontro dos objetivos do trabalho decente. Todavia, há ainda uma parcela considerável de trabalhadores excluídos do sistema de proteção social ou em situação de desemprego, indicando a necessidade de promoção do trabalho decente para resgatar importantes contingentes de trabalhadores que se inserem no mercado de trabalho em condições precárias e vulneráveis.

4 Considerações finais

O mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre vem registrando avanços importantes desde o ponto de vista da promoção do trabalho decente, a exemplo do que se observa no País. Esse resultado é devido ao desempenho do mercado de trabalho durante os anos 2000, em que fatores internos e externos conformaram uma conjuntura favorável, tanto para a economia quanto para o trabalho, logrando reverter a trajetória de baixo crescimento do produto e precarização do trabalho que marcou os anos 90. A manutenção desse cenário relativamente mais positivo no âmbito do trabalho encontra-se ameaçado pela crise internacional de 2008 que, especialmente nos países mais desenvolvidos, ainda provoca turbulências, ampliando incertezas e inseguranças tanto para a economia quanto para o mercado de trabalho, em nível internacional. Seus rebatimentos sobre países como o Brasil ainda são incertos, não obstante até o momento o país tenha conseguido atravessar esse período sem grandes efeitos negativos sobre sua economia e seu mercado de trabalho.

A retomada do crescimento econômico, especialmente a partir de 2003, repercutiu favoravelmente sobre o mercado de trabalho, registrando-se ampliação do contingente ocupado, o que, ao se efetivar com aumento expressivo da formalização dos vínculos de emprego,

¹⁰ No Brasil, a taxa de informalidade e o déficit de emprego formal acusaram evolução semelhante a da RMPA, mas as cifras são bem superiores, ultrapassando os 50% em ambos os casos, conforme Abramo; Sanches; Costanzi, 2008.

concomitante à queda do desemprego, contribuiu para uma maior cobertura da proteção social entre os assalariados.

Quanto ao desemprego, a evolução favorável possibilitou redução do patamar das taxas de desemprego para a totalidade dos grupos de trabalhadores em estudo. Em termos das desigualdades de gênero, ressalta-se a trajetória de aumento de participação laboral das mulheres no mercado de trabalho, alcançando ao redor da metade do contingente feminino em idade ativa, ao final do período.

Ademais, o controle da inflação, debitado ao Plano Real, aliado à política de aumentos reais do salário mínimo e a condições mais propícias à negociação salarial, possibilitaram expansão do rendimento médio real dos trabalhadores a partir da segunda metade da década de 2000, contribuindo para a ampliação do consumo das famílias e redução da pobreza. Essa evolução dos rendimentos também foi favorável para a redução na desigualdade de rendimentos entre os segmentos de trabalhadores, nos recortes por gênero e raça/etnia. Não obstante, os diferenciais de rendimentos entre esses grupos perduram e apenas no último ano do período o rendimento médio real dos trabalhadores logrou superar o valor mais elevado da série, que havia sido registrado em 1997.

Tais fatos se erigem como os avanços mais positivos revelados pela análise do período, tanto mais promissores por ocorrerem de forma sustentada ao longo dos anos 2000 e por se colocarem no sentido da promoção do trabalho decente.

Como destaque negativo cabe referir a situação dos jovens, os quais apresentaram as condições mais vulneráveis de inserção no mercado de trabalho: taxas de desemprego mais elevadas; tempo de permanência na ocupação mais reduzido; o mais alto grau de exclusão do sistema de proteção social; e, grande parcela de jovens não estudavam e nem trabalhavam.

Saliente-se, entretanto, que, ao se deter no período mais recente e face ao menor dinamismo da atividade econômica nacional e ao menor do ritmo de criação de novos postos de trabalho, em um cenário internacional de novos desdobramentos da crise econômica mundial, pairam muitas incertezas sobre a continuidade desse movimento de (re)estruturação do mercado de trabalho, com expressiva melhora qualitativa do emprego.¹¹ Isto porque essa evolução positiva estaria na dependência de fatores tais como: o comportamento dos preços dos recursos naturais básicos (*commodities*), que ganharam importância na pauta de exportações do País e do RS em particular, mas que têm apresentado tendência de queda desde 2013; a questão do investimento e da

¹¹De acordo com análise do IPEA (2014) para o Brasil, as perspectivas para o ano de 2014 apresentavam um nível elevado de incerteza, associado a fatores que podem restringir o crescimento da economia nos próximos trimestres, tanto do lado da demanda quanto da oferta. Em relação à demanda por bens e serviços, o comportamento do mercado de trabalho, com a trajetória de desaceleração dos rendimentos e dos níveis de ocupação, sugeria um desempenho mais modesto para aquele ano. Na RMPA, informações da PED-RMPA para 2014 mostram desempenho negativo da ocupação e dos rendimentos, após vários anos de crescimento. Já a produção continua enfrentando restrições pelo lado da oferta, que impactam negativamente a sua competitividade, como o aumento do custo unitário do trabalho e as conhecidas deficiências de infraestrutura. Por fim, a situação da economia mundial ainda não permite grande otimismo quanto a um desempenho mais robusto das exportações, a despeito da desvalorização cambial.

diversificação produtiva; o debilitamento da geração de empregos e do crescimento dos salários reais em um cenário de aumento das taxas de inflação; e o crescente endividamento das famílias. Ademais, não é possível prever se haverá continuidade na trajetória de descenso da PEA, fato esse que tem contribuído para a queda na taxa de desemprego. A se estancar esse movimento, ou caso a PEA volte a crescer, colocar-se-á a necessidade de maior geração de ocupações para a absorção de novos integrantes da força de trabalho, ou o desemprego voltará a se elevar.

Do ponto de vista do trabalho decente, outro aspecto que merece realce, – em especial considerando-se as baixas taxas de desemprego – é o fato de que, nesse contexto, abre-se mais espaço para ações e políticas voltadas a consolidar e avançar no que se refere à qualidade do emprego e das ocupações existentes e/ou que se venham a criar, ainda que sem abandonar a ênfase na sua quantidade.

Por fim, e retomando os resultados da análise dos dados sobre o mercado de trabalho da RMPA, sob a ótica do trabalho decente, cabe destacar que, não obstante os principais indicadores apresentarem desempenho favorável, já mostravam desaceleração no período recente, tornando-se negativos em 2014 (o nível de ocupação teve queda de 2,1%, após 10 anos de elevação, e o rendimento médio real apresentou relativa estabilidade para o total de ocupados (-0,1%), interrompendo o desempenho positivo verificado desde 2005 – Informe PED, 2015). Além dessa inversão no comportamento do mercado de trabalho, perduram traços estruturais, sinalizando para a persistência de significativos déficits de trabalho decente, cabendo destaque a situações tais como: elevada parcela de trabalhadores em condições de inserção precária, especialmente aqueles excluídos do sistema de proteção social; taxas de desemprego relativamente elevadas, apesar da trajetória de queda desse indicador, sendo mais acentuadas entre os jovens e as mulheres, independente do recorte analítico; desigualdades de inserção no mercado de trabalho – muitas das quais têm origem em outros âmbitos, pois se encontram enraizadas em fatores sócio-culturais – em que sobressai a condição das mulheres, dos jovens e dos negros como os grupos mais vulneráveis, uma vez que se encontravam mais expostos aos riscos do mercado de trabalho (taxas de desemprego mais elevadas, menor vinculação ao sistema de proteção social, menores níveis de rendimento do trabalho e tempo médio de permanência na ocupação mais reduzido).

No equacionamento de tais problemas é imprescindível que se coloque, como fator indissociável do conceito de trabalho decente, a centralidade do trabalho, não obstante as reconfigurações de que ele tem sido alvo e tampouco a ampliação da incerteza e da insegurança e as descontinuidades que acompanham as relações de trabalho no mundo contemporâneo. Isto porque, como bem coloca Schnapper (1998), nos dias atuais persiste o elo entre trabalho produtivo e cidadania, que se alçou como característica da sociedade capitalista no decorrer do século XX.

Assim, o trabalho permanece central porque, ao lado de assegurar a vida material e de estruturar o tempo e o espaço, é o lugar da expressão da dignidade de si próprio e das permutas sociais.

Por conseguinte, garantir e ampliar possibilidades de inclusão social pela via do trabalho coloca-se como imperativo e, nesse caminho, a centralidade do trabalho para a vida em sociedade e a Agenda do Trabalho Decente devem ser tomadas como vetores fundamentais, alicerçando as discussões e as ações voltadas ao âmbito do trabalho.

5 Referências

ABRAMO, L. Trabalho Decente: o itinerário de uma proposta. **Bahia Análise e Dados**. Salvador, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), v. 20, n. 2/3, jul./set. 2010, p 151-71.

_____. Desafios do trabalho decente nos grandes eventos. Organização Internacional do Trabalho-OIT, escritório do Brasil. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/gender/doc/trabalho%20decente%20mega%20eventos-%20rio%20de%20janeiro%2030jan14_1125.pdf Acesso: 14/05/2014.

ABRAMO, L.; SANCHES, S.; COSTANZI, R. Análise preliminar dos déficits de trabalho decente no Brasil no período 1992-2006. **Bahia Análise & Dados**, Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, v. 18, n.1, 2008.

ARANDIA, A. K. Evolução do emprego formal na Região Metropolitana de Porto Alegre no período 1999-2010. BASTOS, Raul A.(coord.) et al. **A Retomada do Processo de Estruturação do Mercado de Trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre na Primeira Década do Século XXI**. Porto Alegre, FEE, 2013, p. 10-32.

BASTOS, R. O segmento juvenil do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre: um estudo com ênfase na escolaridade. **Ensaio FEE**. Porto Alegre: FEE, v. 26, número especial, p. 271-298, 2005.

_____. A inserção dos jovens no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre: uma experiência marcada pela elevada incidência do desemprego. BASTOS, Raul. L. A. (coord.) et al. **Dimensões da precarização do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre**. Porto Alegre, FEE, 2007. P. 153-192.

_____. Por que o desemprego se mantém em queda na RMPA? **Carta de Conjuntura FEE**. Porto Alegre, FEE, Ano 23, nº 1, 2014. p 1.

BLACK, C. O superciclo dos preços das commodities desacelerou ou está diante do fim? **Carta de Conjuntura FEE**. Porto Alegre, FEE, Ano 23, nº 4, 2014.

CALDAS, Bruno B. O Desempenho das Exportações Gaúchas em 2012. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, FEE, v. 40, n. 4, p. 51-60, 2013.

CAMARANO, A.A.; Kanso, S. O que estão fazendo os jovens que não estudam, não trabalham e não procuram trabalho? **Mercado de trabalho**, IPEA n. 53, 2012 (nota técnica). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt53_nt03_jovens.pdf Acesso: 12/fev./2014.

CARDOSO, Adalberto. Juventude, trabalho e desenvolvimento: elementos para uma agenda de investigação. **Caderno CRH**, Salvador, UFBA, n. 68, maio/ago./2013.

CARDOSO Jr., C. J.. **De volta para o futuro?** As fontes de recuperação do emprego formal no Brasil e as condições para sua sustentabilidade temporal. Brasília: IPEA, 2007. (Texto para discussão, n. 1310).

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Organização Internacional do Trabalho - CEPAL/PNUD/OIT. **Emprego, Desenvolvimento Humano e Trabalho Decente: A Experiência Brasileira Recente.** Brasília, 2008.

DIEESE. Política de Valorização do Salário Mínimo: Considerações sobre o valor a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2010. **Nota Técnica.** DIEESE, número 86, Janeiro de 2010.

FREIRE, José A. Dinâmica do mercado de trabalho metropolitano no Brasil pós anos 90: que mudou, mudou! Mas mudou o suficiente? ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 11. **Anais.** Vitória: SBEP, 2006.

GALEAZZI, Irene M. S. et al. Mulheres trabalhadoras: 10 anos de mudanças no mercado de trabalho atenuam desigualdades. **Mulher e Trabalho.** Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística – FEE, 2003. p. 9-35.

GUIMARÃES, José Ribeiro Soares. **Perfil do Trabalho Decente no Brasil: um olhar sobre as Unidades da Federação.** Brasília: Organização Internacional do Trabalho, Escritório no Brasil, 2012. 376 p.

GUIMARÃES, Nadya Araujo. O que muda quando se expande o assalariamento (e em que o debate da Sociologia pode nos ajudar a compreendê-lo)? **Dados.** Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), vol.54, no.4, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582011000400002. Acesso: 12/05/2013.

GHAJ, Dharam (Ed). **Decent work: objectives and strategies.** Geneva, ILO; International Institute for Labor Studies (IILS), 2006.

HIRATA, H. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA DO TRABALHO, 2. **Anais...** Águas de Lindóia, ALAST, 1996.

HOFF, Cecília R.; LAZZARI, Martinho. Desempenho da economia gaúcha em 2012. **Indicadores Econômicos FEE.** Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 87-100, 2013.

INFORME PED. Porto Alegre, FEE, v. 22, jan. 2014. Número Especial.

INFORME PED. Porto Alegre, FEE, v. 23, jan. 2015. Número Especial.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Carta de conjuntura.** Rio de Janeiro, IPEA, n 22, março 2014.

KON, Anita. Pleno emprego no Brasil: interpretando os conceitos e indicadores. **Revista Economia & Tecnologia.** Centro de Pesquisas Econômicas (CEPEC), Universidade Federal do Paraná, v. 8, n. 2, abr./jun./2012.

KRELING, Norma H. Envelhecimento do trabalhador impõe novos desafios às políticas públicas. TONI, Míriam De (coord), et al. Políticas públicas do trabalho: uma discussão sobre sua efetividade e a necessidade de ações específicas, a partir das características do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre. Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística. **Documentos FEE,** 2011. p. 201-28.

LAVINAS, Lena et al. Evolução do desemprego feminino nas áreas metropolitanas. Rio de Janeiro: IPEA, 29p., set. 2000. (**Texto para discussão n. 756**).

MATTOSO, Jorge. **O Brasil Desempregado: Como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 47 p., 1999.

MORETTO, Amilton; KREIN, José D. O crescimento da formalização do emprego: como explicá-la. **ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO TRABALHO**, 9. **Anais**. Recife: ABET, 2005, 18p.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO-OIT. **Conferencia Internacional del Trabajo**. 87^a Reunión, Ginebra, junio de 1999. Disponível em <http://www.ilo.org/public/spanish/standards/relm/ilc/ilc87/rep-i.htm>. Acesso em 08/12/2011.

_____. **Emprego, Desenvolvimento Humano e Trabalho Decente: A Experiência Brasileira Recente**. Brasília, CEPAL/PNUD/OIT, 2008.

_____. **Perfil do trabalho decente no Brasil**. Brasília, Escritório da Organização Internacional do Trabalho, 2009.

_____. **A OIT no Brasil - Trabalho decente para uma vida digna**. Brasília. Disponível em:

http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/gender/pub/oit%20no%20brasil_folder_809.pdf. Acesso: 13/05/2014.

PASSOS, A. F.; ANSILIERO, G.; PAIVA, L. H. Mercado de trabalho: evolução recente e perspectivas. **Boletim do Mercado de Trabalho**. n. 26, fev. 2005. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt_26h.pdf. Acesso: 02/07/2006.

PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO DA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE - PED-RMPA. **Informe mulher e trabalho - O emprego doméstico na região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA)**. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/informe-mulher-e-trabalho/2010/informe-mulher-e-trabalho-2010.pdf>. Acesso: 15/11/2010.

POCHMANN, Marcio. **O trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Contexto, 1999.

PRONI, M. W. O debate sobre a tendência ao pleno emprego no Brasil. **Revista Economia & Tecnologia**. Centro de Pesquisas Econômicas (CEPEC), Universidade Federal do Paraná, v. 8, n. 2, abr./jun./2012.

RAMOS, Carlos A.; CARNEIRO, Francisco G. Os determinantes da rotatividade do trabalho no Brasil: instituições X ciclos econômicos. **Nova Economia**. Belo Horizonte, FACE-UFMG, v. 12, n.2, julho-dezembro de 2002. p. 31-56.

SABOIA, João. "Pleno emprego?" **Valor Econômico**. 04/02/13. Disponível em: <http://www.relacoesdotrabalho.com.br/profiles/blogs/no-valor-economico-pleno-emprego-artigo-de-joao-saboia>. Acesso: 14/05/13.

SCHNAPPER, D. **Contra o fim do trabalho**. Lisboa: Terramar, 123p. 1998.

TONI, Míriam De. **Para onde vai o mercado de trabalho? A tendência à precarização das relações de trabalho - um estudo da Região Metropolitana de Porto Alegre**. Porto Alegre: FEE, 2006. 382 p. (Teses FEE, n.8).